



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

CNPJ: 60.975.174/0001-00

ANS – N° 31421-8

CONSELHO DELIBERATIVO

VALDIR PEREIRA VENTURA – PRESIDENTE

BENJAMIM SEQUEIRA BARREIRA – 1º VICE PRESIDENTE

JOÃO ATILIO PIGNATARO – 2º VICE PRESIDENTE

CONSELHO FISCAL

AUGUSTO MEDEJI SANCHEZ

FLAVIO LACERDA AMENDOLA

PAULO NICOLINO DE FREITAS

DIRETORIA

CLAUDIO CAETANO LIBERATORI – DIRETOR PRESIDENTE

VASCO AGOSTINHO CORREIA MONTEIRO – 1º VICE PRESIDENTE

ADRIANO SOARES FONTES – 2º VICE PRESIDENTE

HELICIO VALÉRIO PASSOS – SECRETÁRIO GERAL

RICARDO OLECHNOVICIUS -1º SECRETÁRIO

RIVADAVIA AMARAL GONÇALVES – 2º SECRETÁRIO

DAVID ANTONIO MARQUES FERREIRA – TESOUREIRO GERAL

IVANI POTENZA CARILLO – 1º TESOUREIRO

FRANCISCO DE LACERDA AMENDOLA – 2º TESOUREIRO

JOSÉ CIRILO SOUSA CALDEIRA – DIRETOR DE PATRIMÔNIO

PERCILIA NICOLINO DE FREITAS – DIRETORA SOCIAL

CONTADORA

ELIZABETH POPP LEME

CRC SP149012

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao Conselho Deliberativo e aos Associados,

A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO** submete às vossas apreciações as suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ao completar 111 anos de existência e credibilidade, a Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão caminha de forma benéfica rumo à qualidade no atendimento assistencial (Plano de Saúde), ambulatorial, pronto-socorro e unidade hospitalar, através de constantes aperfeiçoamentos das equipes médicas e buscando cada vez mais melhorias e ampliações nas suas instalações e serviços.

ÍNDICE

I – CONJUNTURA ECONÔMICA.....	4
II – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA ÁREA HOSPITALAR E TECNOLOGIA...	5
III – DESEMPENHO DO PLANO DE SAÚDE	10
IV – PRINCIPAIS ÍNDICES DO SETOR	14
V – DESTINAÇÃO DO SUPERAVIT	16
VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL – FILANTROPIA	17
VII – CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE.....	24
VIII – RECURSOS HUMANOS	26
IX – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	27
X – POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS.....	29
XI – INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	30
XII – PERSPECTIVAS PARA 2021	33

I – CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano foi desafiador e marcado por diversos medos que assolaram a econômica global. A pandemia com o surgimento de novas variantes e o estado de alerta do novo risco da Covid-19 na China e a possibilidade de uma terceira guerra mundial que vem se arrastando até os dias atuais geraram e continuam gerando incertezas na economia mundial.

No Brasil a volta da inflação e a taxa de juros alta marcaram o cenário econômico de forma negativa em um ano de eleições presidenciais. O mercado tem se mostrado muito volátil diante da possibilidade de aumento dos gastos durante o próximo governo e da supressão do teto de gastos.

No mercado da saúde suplementar, a queda do atendimento aos casos da Covid-19 ao final do ano pode indicar recuperar das Operadoras diante dos elevados gastos assistências constatadas nos últimos dois anos.

II – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA ÁREA HOSPITALAR

Os principais investimentos na área Hospitalar foram em 2022:

- Reforma de leitos dentro de uma programação de modernização da hotelaria hospitalar e aquisição de novos equipamentos.
- Projetos com edificações, compra de mobiliários, equipamentos e aparelhos hospitalares na ordem de R\$ 18 milhões.
- Reforma 3º andar (326 e 329)
- Reformulação do 1º subsolo (Maternidade)
- Criação das salas de Parto Natural
- Ampliação do Pronto Socorro Adulto Fase I e II
- Ampliação do Pronto Socorro Adulto Fase III (Emergência)
- Ampliação da Unidade de Apoio Respiratório
- Ampliação do Estacionamento
- Criação da Farmácia 1º subsolo
- Novo CAIS II
- Novo Almoxarifado

Criação da Unidade de Internação no 1º subsolo (17 leitos)



Criação das Salas de Parto Natural



Expansão do Pronto Socorro Adulto Observação no 4º subsolo



Expansão do Pronto Socorro Adulto Emergência



Ampliação da Unidade Respiratório



Ampliação do Estacionamento



Reformulação da Farmácia



Novo CAIS II



Novo Almoxarifado

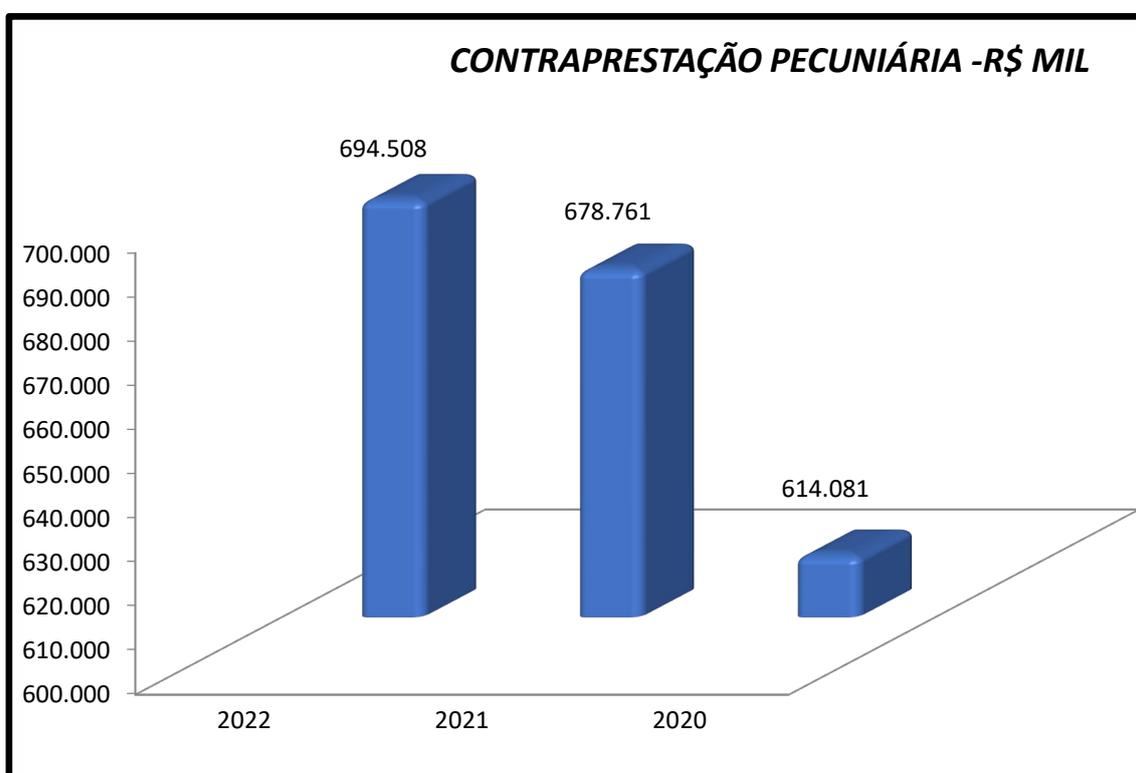


- Reforma CAIS I (3º andar)
- Nova Central Fone
- Atualização contínua do parque tecnológico (computadores e impressoras)

III – DESEMPENHO DO PLANO DE SAÚDE

Receita de Contraprestação Pecuniária

A Receita de Contraprestação Líquidas aumentou 2,32% em relação ao ano anterior. A evolução das contraprestações efetivas nos últimos exercícios está demonstrada a seguir:



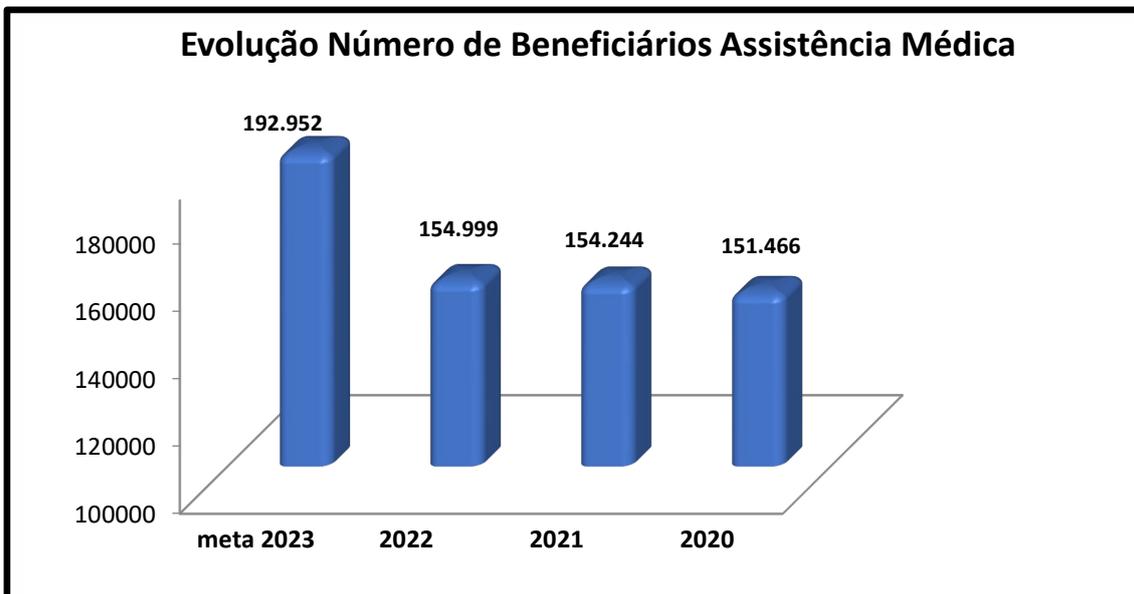
Fonte: DIOPS, 2022.

O desempenho da Receita de Contraprestação Líquida foi afetado pelo reajuste negativo a partir de maio/2021 na ordem de 8,19% definido pela ANS a ser aplicado nos planos individuais/familiares que ainda refletiu em 2022.

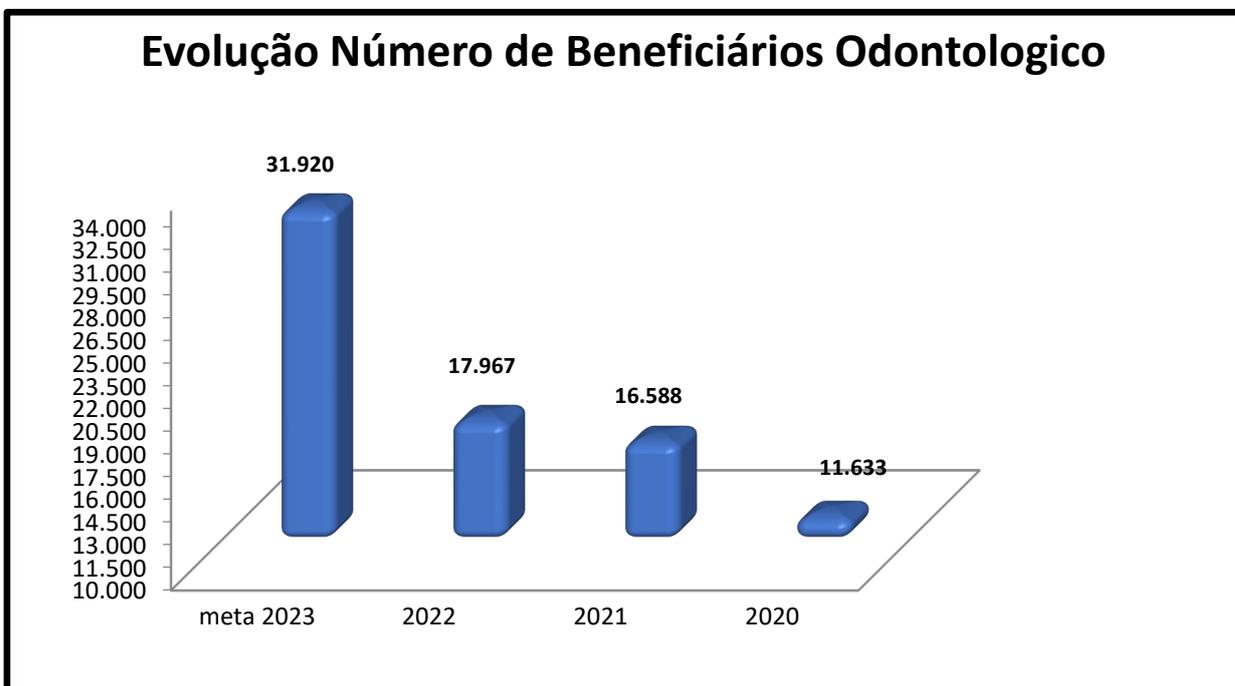
População de Beneficiários

Em 2022 o número total de beneficiários cresceu 0,49% em relação a 2021. Sendo um crescimento de 8,31% nos beneficiários odontológicos e de 1,25% dos beneficiários assistência médica.

O Quadro a seguir apresenta a evolução do número de beneficiários durante os últimos exercícios:



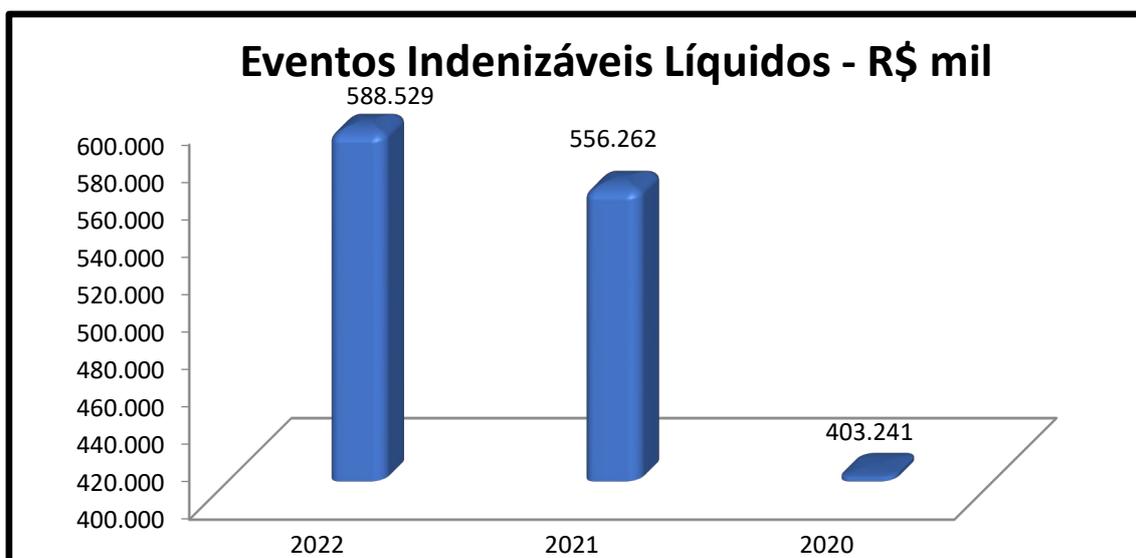
Fonte: ANS, 2022.



Fonte: ANS, 2022.

Evento Indenizável Líquido

O evento indenizável líquido em 2022 apresentou aumento de 5% em relação ao ano anterior.



Fonte: DIOPS, 2022.

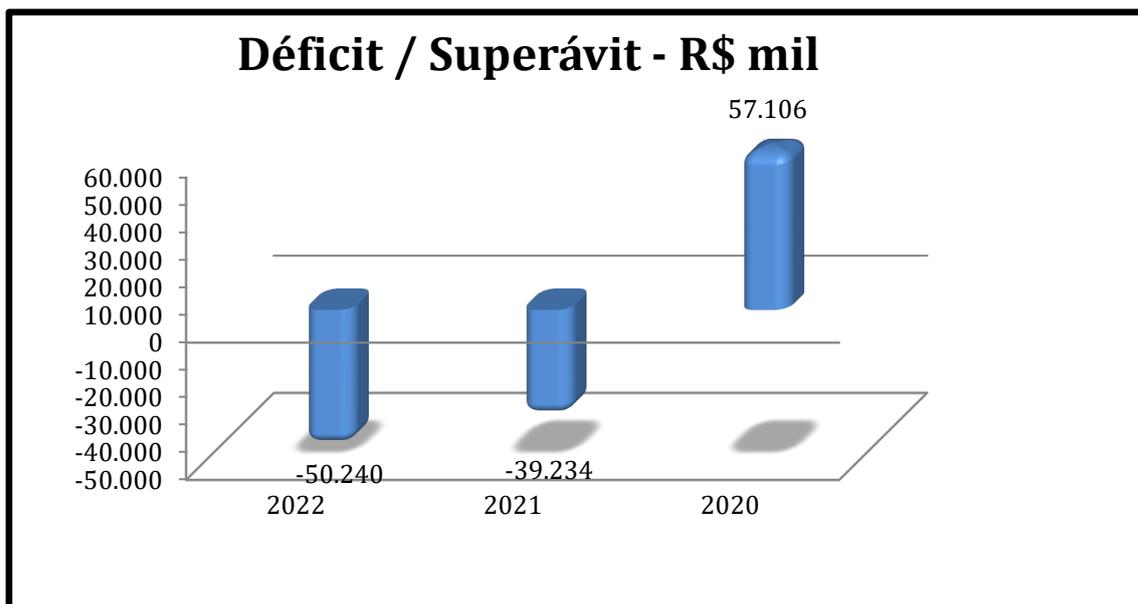
O impacto total dos eventos indenizáveis reconhecidos no resultado está potencialmente relacionado a pandemia da COVID-19.

Margem de Contribuição

A Margem de Contribuição entre a Receita de Contraprestação Pecuniária e o Evento Indenizável Líquido em 2022, foi suficiente para manter o resultado básico do Plano de Saúde em R\$ 105.979 mil positivos.

Resultados

No exercício de 2022 a Associação apurou um déficit na ordem de R\$ 50.240 mil. O desempenho entre a receita de contraprestação pecuniária e os eventos avisados foi responsável pelo desempenho negativo apresentado ao final de 2022.



Fonte: DIOPS, 2022.

IV – PRINCIPAIS ÍNDICES DO MERCADO

Os principais índices do mercado estão apresentados a seguir:

Índice	Cálculo	dez-21	dez-22
MLL (Margem de Lucro Líquida) Mostra a relação entre o resultado líquido e o total das receitas com operação de planos de saúde (contraprestação efetivas)	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Contraprestações Efetivas}}$	-5,78%	-7,23%
ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) mostra a relação entre o resultado líquido e o patrimônio líquido	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	-17,98%	-29,92%
SINISTRALIDADE (Sinistralidade ou DM) Mostra a relação entre o resultado líquido e o patrimônio líquido. É calculado pela fórmula	$\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + \text{CCT} }{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} }$	82,00%	84,78%
DA (Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações) Mostra a relação entre despesas administrativas e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde).	$\frac{\text{Despesa Administrativa}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} }$	10,68%	9,87%
DC (Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações (DC)) Mostra a relação entre despesas comerciais e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde).	$\frac{\text{Despesa Comercial}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} }$	4,11%	3,39%
DOP (Percentual de Despesas Operacionais em relação às Receitas Operacionais) Mostra a relação entre despesas operacionais (assistenciais ou eventos indenizáveis líquidos, comerciais, administrativas e outras despesas operacionais) e o total das receitas operacionais (receitas de contraprestações relacionadas a operações de planos de saúde e outras receitas operacionais).	$\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + \text{CCT} + \text{Despesa Comercial} + \text{Despesa Administrativa} + \text{Outras Despesas Operacionais}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} + \text{Outras Receitas Operacionais}}$	106,67%	107,83%

<p>IRF (Índice de Resultado Financeiro) Mostra a relação entre o resultado financeiro líquido e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde).</p>	$\frac{\text{Resultado Financeiro Líquido}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} }$	1,17%	0,90%
<p>LC (Liquidez Corrente) Mostra a relação entre os ativos conversíveis em dinheiro no curto prazo e as dívidas de curto prazo</p>	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,85	0,63
<p>CT/CP (Capital de terceiros sobre o Capital próprio) Representa a relação entre o total das dívidas e o Patrimônio Líquido</p>	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	0,85	1,93
<p>PMCR (Prazo Médio de Contraprestações a receber) Representa o tempo médio que a operadora leva para receber os créditos de operações de saúde, já descontada a provisão para perdas sobre créditos (PPSC)</p>	$\frac{\text{Crédito ops de saúde}}{\text{Contraprestações Efetivas}} \times 360$	7	8
<p>PMPE (Prazo Médio de Pagamento de Eventos) Representa o tempo médio que a operadora leva para pagar aos prestadores o que já foi avisado</p>	$360 \times \frac{\text{Eventos a Liquidar}}{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos}}$	20	32
<p>VC (Variação de Custos) Representa a variação dos custos relacionados a assistência à saúde entre um período e outro</p>	$\frac{\text{Eventos Indenizáveis per capita do ano atual} - 1}{\text{Eventos Indenizáveis per capita do ano anterior}}$	34,46%	5,78%

V – DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, beneficente e filantrópica. Não havendo finalidade de obtenção de lucros, a totalidade dos superávits obtidos é integralmente reinvestida para assegurar e fortalecer o cumprimento dos objetivos estatutários e os déficits são absorvidos pelo Patrimônio Social.

No exercício de 2022, a Associação apurou déficit.

VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL – FILANTROPIA

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão - ABFSC, ao longo dos 111 anos vem cumprindo sua missão com atividades de Responsabilidade Social e Filantropia por meio de diversos programas nas áreas Sociais, Educação e Saúde junto as mais diversas entidades parcerias e, em particular, prefeituras do Estado de São Paulo.

No ano 2021, marcado pela pandemia COVID-19, destacamos à aquela época que nossas ações foram pautadas pela manutenção da vida, da segurança da população e orientação para manutenção do isolamento social. Assim, nossas ações em apoio a Atenção Básica, Internações e Cirurgias no âmbito SUS foram realizadas em menor número, pois tínhamos o foco da preservação das vidas e, tanto que, o Ministério da Saúde havia suspenso o cumprimento das metas, conforme a Lei nº 14.189 de 28/07/21.

Quadro 1 – Resumo dos Atendimentos SUS e Não SUS da ABFSC – 2022 Estabelecimento/Vinculação	PACIENTE SUS			PACIENTE Não SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Arsenal da Esperança	6.720	-	-	-	-	-
Hosp. Maternidade São Cristóvão*	276	22	39	609.719	12.105	27.246
Santa Casa Francisco Morato	163.269	1.442	4.568	-	-	-
Total	170.265	1.464	4.607	609.719	12.105	27.246
Total de Atendimento	176.336			649.070		

Fonte: ABFSC/22

Já no ano 2022, ainda que o Ministério da Saúde tenha mantido a suspensão do cumprimento das metas (Lei nº 14.400, de 8 de julho de 2022), o cenário foi mais promissor com aberturas pontuais e, recuperação das agendas de atendimento aos pacientes. Do lado da ABFSC, dado que estavam suspensas o cumprimento das metas, foi ano voltado para estruturação da Santa Casa de Misericórdia de Francisco Morato, entidade esta que a ABFSC assumiu a gestão em 2021.

Ainda que o cenário tenha sido negativo do ponto de vista da produção de atendimento, a ABFSC manteve todas as operações em curso, bem como os recursos proporcionais a sua receita. No presente ano, ampliamos em 68% o volume de atendimento SUS só em Francisco Morato, como poderão observar no comparativo de atendimentos realizado entre

2021 e 2022, apesar da redução da restrição/isolamento social, em nenhum momento a ABFSC reduziu os recursos destinados aos programas de fortalecimento ao SUS.

Os Programas Assistenciais onde foram aplicados os recursos supra referidos, estruturaram-se da seguinte forma:

Programas Sociais – a ABFSC entende que cumprir a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e PNAS (Política Nacional de Assistência Social) às Crianças, Adolescentes, Idosos e Portadores de Necessidades Especiais em situação de risco psicossocial, não é uma tarefa fácil e, a sua realização depende da integração de todos, através de parcerias e ações conjuntas com as entidades da Sociais da Sociedade Civil.

Por conta dessa visão, a Associação, por meio do seu setor de Serviço Social e em conjunto com entidades como: *Fraternidade Irmã Clara, Nossa Escola, Lar Redenção, Lar Criança Ninho da Paz, Lar da Infância de Nice, Creche São Pedro, Nosso Lar Recanto Idosos, Casa Cristo Redentor, CEBASP Pinheirinho, Associação Caminho da Paz, Escola 4E, Educandário Dom Duarte, Lar Mãe Divino Amor e Creche Maria Thereza Mello Mororó*, na construção e fortalecimento da rede de proteção social em prol da população mais vulnerável, assistida por estes parceiros.

A participação da ABFSC se dava com apoio e assistência prestada através de seus equipamentos, cito: o Hospital e Maternidade São Cristóvão e suas Unidades Ambulatoriais CAAV – Centro Ambulatorial Américo Ventura - como referência e suporte em Saúde para estas entidades e a população assistida por elas.

Além da prestação de serviços de saúde às entidades, a Associação, mais uma vez em ações conjuntas com sua comunidade, criou uma rede positiva do bem, com doação de mais de 30 toneladas de alimentos, para estas entidades por parte da comunidade, e cuja distribuição pressupunha uma avaliação e uma orientação nutricional frente as necessidades dos assistidos, impactando mais de 5.000 famílias.

Programa de Educação em Saúde – ações socioeducativas à população e aos profissionais de saúde. Considerando as características do perfil sociodemográfico de seus associados e da comunidade onde a Associação está inserida, vários cursos, atividades, ações terapêuticas e socioeducativas para a população foram promovidas, por meio do Instituto de Ensino e Pesquisa Dona Cica.

Este ano as ações foram “híbridas”, parte com participação presencial e parte por videoconferência, com uso de ferramentas variadas, além da distribuição de material escrito. Considerando que em “lives” e videoconferência houve mais de uma pessoa assistindo, estimamos que alcançamos em 2022 mais de 5.000 participantes. Já as participações presenciais, totalizam mais 3.000 participantes.

Os temas destas conferências foram: DST, Hipertensão, Risco de Queda, Outubro Rosa, Novembro Azul, Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Combate ao Fumo, Asfixia Perinatal, Primeiros Socorros, Vacinação, Dispositivos Cardíacos, Cuidador de Idosos, etc....

Com a inauguração da Maternidade na Santa Casa de Francisco Morato, realizamos um processo de desenvolvimento das equipes de Enfermagem e Médica das 13 Unidades Básicas de Saúde da cidade de Francisco Morato. Nestes encontros mensais, além de capacitar os profissionais no acolhimento e cuidado das gestantes, também foram realizadas palestras do Outubro Rosa como reforço do cuidado da saúde feminina.

Programas de Saúde (SUS) – ações de fortalecimento das políticas do SUS, com a oferta de serviços aos seus usuários, estruturados nas seguintes áreas: Atenção Básica, Atenção Hospitalar e Maternidade de baixo risco e, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama.

A Atenção Básica conta com atendimento ambulatorial e cirúrgico quando necessário e indicado para os pacientes da Rede Proteção Social e Unidades de Saúde SUS. O acesso se dá a partir de encaminhamento via Regulação das Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios Parceiros e/ou por demanda espontânea, o que nesses casos são avaliados pelo Serviço Social da Associação.

Quadro 2 – População Impactada pelos Programas Filantropia ABFSC

Programa	Objetivo	Município	População Impactada	
			Cidade	Programa
Atenção Básica	Contribuir para a consecução das ações de fortalecimento do SUS - Sistema Único Saúde, com capacitação e treinamento das equipes de Enfermagem e Médica, além de apoio e atendimento a população	Arsenal Esperança	1.250	824.212
		Campos do Jordão	52.405	
		Embu-Guaçu	69.901	
		Francisco Morato	177.633	
		Rio Grande da Serra	51.436	
		São Caetano do Sul	161.957	
		São Lourenço da Serra	15.978	
Atenção Hospitalar	Contribuir na ampliação do acesso a rede de atendimento de Urgência e Emergência dos municípios, além da internação Clínica e Cirúrgica de baixa e média complexidade e, Maternidade de risco habitual, além de apoio com SADT - exames de laboratório e imagens	Francisco Morato	177.633	622.794
		Cimbaju *	445.161	
Câncer Mama	Compor com a Rede de Proteção da Mulher nos municípios, dando atenção e cuidado as patologias mamárias em especial CA Mama com a realização de Consultas, Exames Diagnóstico, Cirurgias, Químico e Radioterapia, além é claro da reconstrução mamaria em apoio a reforço da integralidade da saúde física e mental da mulher assistida;	Araçariçuama	6.885	1.656.684
		Arsebal Esperança	1.250	
		Campos do Jordão	52.405	
		Embu-Guaçu	69.901	
		Francisco Morato	177.633	
		Osasco	701.428	
		Ribeirão Pires	124.159	
		Rio Grande da Serra	51.436	
		São Caetano do Sul	161.957	
		São Lourenço da Serra	15.978	
		Taboão da Serra	293.652	

Fonte: IBGE; * Consórcio Intermunicipal da Bacia do Juquery - Fco Morato, Franco Rocha, Caieiras, Cajamar, Mairiporã

Ainda que conceitualmente tanto o Programa de CA Mama e a Atenção Hospitalar esteja contida na Atenção Básica, optamos por diferenciar no quadro acima, objetivando contextualização didática da atenção dada aos usuários SUS para cada um deles.

Uma das ações da Atenção Básica que sempre mereceu destaque é a parceria triangulada com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e a Secretaria da Casa Civil do Estado de São Paulo por meio do convênio com a instituição Assindes - Arsenal da Esperança. Este projeto foi diferenciado pois trata-se exclusivamente da Política de Atenção a Saúde do Homem (Ministério Saúde), com um ambulatório médico para atendimento de 1.250 homens em condição de rua e vulnerabilidade social.

No ano 2022, ainda que sob a pandemia, foi possível ampliar a oferta de serviços com à saúde bucal, para os acolhidos que se encontravam em regime de albergue no Arsenal da

Esperança, através de um consultório odontológico com duas cadeiras e fornecimento de próteses dentárias, promovendo e resgatando com esta ação a dignidade da pessoa assistida pelo programa, mesmo que para poucos pacientes/acolhidos.

Já o Programa de Câncer de Mama e Cirurgia Plástica Reparadora, nos tornamos a referência para a população dos municípios da Grande São Paulo que compreendem segundo IBGE 1.656.684 habitantes, porém o programa impactou indiretamente mais 300.000 mulheres (faixa etária alvo), e de forma direta mais de 1.200 pacientes assistidas e, em tratamento pelo Programa.

Como mencionado no Relatório de 2020, firmamos uma parceria com a Secretaria de Saúde do Município de Francisco Morato e o Lar Assistencial São Benedito, que por sua vez e destacado no Relatório de 2021 evoluiu ao ponto de assumirmos a gestão integral da Santa Casa de Misericórdia de Francisco Morato – Santa Casa.

Ao longo de 2021, reestruturamos o modelo de gestão da Santa Casa, objetivando a ampliação do volume de atendimento dos usuários SUS, Pronto Socorro e Internação, tanto que, a Taxa de Ocupação que em 2020 era de 27% passou em 2021 para 42%, como publicado no relatório de 2021.

Tabela 1 – Produção SUS Santa Casa de Francisco Morato - 2021

Santa Casa Francisco Morato - 2021													
Descrição/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Consultas PS	9.062	8.342	8.198	7.006	7.766	7.449	9.078	9.676	10.408	7.569	10.820	12.966	108.340
Consultas Especialidades	1.064	1.284	1.067	1.533	1.089	1.186	1.473	1.169	1.803	1.202	1.325	1.537	15.732
Procedimentos Enfermagem	30.963	20.215	18.163	16.692	20.425	18.076	21.779	24.074	26.291	19.062	28.119	32.588	276.447
Ex Imagens	3.205	3.148	3.767	2.993	3.245	2.940	3.515	3.614	4.139	3.099	4.292	4.398	42.355
Lab Anal Clínicas	8.627	7.589	10.661	9.456	11.258	9.160	9.160	9.160	9.160	9.160	9.160	9.160	111.711
Internações Pequenas	175	153	229	253	224	260	223	146	163	171	319	122	2.438
Cirurgias*	106	69	0	0	0	0	0	89	120	67	36	356	843

Fonte: Santa Casa Fco Morato/21; * Suspensão das Cirurgias Março a Julho/21 por conta Covid19.

Mencionamos ainda que para 2022, a nossa meta era a abertura da Maternidade na Santa Casa, fato este que ocorreu em 07/02/2022, além do aumento dos volumes de atendimento e Taxa de Ocupação. Os resultados demonstram que superamos a nossa programação

inicial e, com capacidade para ampliar ainda mais os atendimento. Apenas para ilustrar, a Maternidade tem capacidade instalada e operacional para realizar 240 partos de baixa complexidade – risco habitual/ mês, além de pequenos procedimentos cirúrgicos.

Quadro Resumo Atendimentos Filantropia - 2022			
Procedimentos/Pacientes	HMSC	Santa Casa Fco Morato	Total
Consultas	276	163.269	163.545
SADT / Imagens	1.138	59.609	60.747
Ex Laboratoriais	1.833	235.218	237.051
Internações	39	4.568	4.607
Cirurgias	22	1.442	1.464

Fonte: Santa Casa Fco Morato/22

O quadro acima e o comparativo entre 2021 e 2022 abaixo, evidenciam claramente a superação que mencionamos e, cabe ainda o destaque para a Taxa Ocupação média da Santa Casa em 2022, ficou em 62%. Temos oportunidade de ampliar esta Taxa Ocupação dado a capacidade instalada, por exemplo, realizamos em 2022 um total de 1032 partos, com média mês de 98 partos, quando temos capacidade para realizar 240.

Atendimentos Santa Casa Francisco Morato - 2021/2022			
Procedimentos/Pacientes	2021	2022	%
Consultas	124.072	163.269	31,6
SADT / Imagens	42.355	59.609	40,7
Ex Laboratoriais	111.711	235.218	110,6
Internações	2.438	4.568	87,4
Cirurgias	843	1.442	71,1

Para realização de todas estas ações – Saúde, Educação e Social, a ABFSC utilizou de recursos próprios no valor de R\$ 73,4 milhões, ou seja, 10,5% das suas receitas, mesmo com um cenário negativo dado que o reajuste dos planos de saúde, foi inferior ao previsto.

Desta forma, a população descrita no Quadro 2 com os Programas Assistenciais, foram beneficiadas de forma direta e/ou indireta com os recursos acima representando mais de 10% de suas receitas, como segue:

Tabela 1 - Composição das Despesas Filantropia – 2022

Estabelecimento/Vinculação	Valor da Gratuidade - R\$
Arsenal da Esperança	2.079.048,03
Hosp. Maternidade São Cristóvão*	18.120.803,77
Santa Casa Francisco Morato	38.789.828,73
Prog. CA Mama	7.586.607,99
Prevenção, Promoção e Educação em Saúde	6.823.295,40
Gastos Atendimento SUS (Total)	73.399.583,92

Fonte: Controladoria SC/2023; * Parceiros Programa Câncer Mama

Com as ações de fortalecimento das políticas do SUS, apoio e ampliação da oferta de serviços aos seus usuários, estruturados nas seguintes áreas: Atenção Básica, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama, Cirurgia Plástica Reparadora e Assistência Hospitalar, conseguimos impactar a diferença nas populações assistidas pela ABFSC.

VII – CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

O Grupo São Cristóvão Saúde, com o objetivo de padronizar seus processos, melhorar a qualidade de seus serviços, fortalecer a assistência segura e ampliar a sua competitividade junto ao mercado de trabalho, buscou através de creditações, certificações e premiações, a implantação de modelos de excelências para seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Em 2022 o Hospital e Maternidade São Cristóvão recebeu a visita de Recertificação da acreditação de excelência **ONA nível III**.

Anualmente, temos a honra de colaborar com a qualidade dos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e fomos premiados em 2022, onde a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo conferiu ao Hospital e Maternidade São Cristóvão o selo SINASC.

Em 2022 o Hospital e Maternidade São Cristóvão recebeu a visita de **Recertificação QMENTUM**.

Em virtude dos programas de utilização dos recursos naturais de forma consciente, em 2022 o Grupo São Cristóvão Saúde foi contemplado com o **Selo Verde do Instituto Chico Mendes de Meio Ambiente**, através dos projetos que englobam a otimização de energia elétrica, água e reciclagem de resíduos.

A manutenção da **Certificação ISO 9001:2015** ocorre anualmente para o Plano de Saúde São Cristóvão, onde atende aos requisitos de qualidade da norma. Em 2022 recebemos a visita da referida, pelo o organismo acreditador SGS.

VIII – RECURSOS HUMANOS

O número de colaboradores no regime CLT nos últimos anos está demonstrado a seguir:

	2022	2021
	2.031	2.096

Os gastos (R\$ mil) com benefícios concedidos aos colaboradores nos últimos anos foram:

BENEFÍCIO	2022	2021
VA	3.596	3.344
VT	3.405	4.110
Creche	751	692
VR	1.540	1.601
Seguro – Vida Grupo	251	244

Segmentação da mão-de-obra segundo o nível educacional

Em 2022, os colaboradores estão classificados segundo o nível educacional da seguinte forma:

Classificação de nível educacional	2022
Colaboradores Fundamental Incompleto	49
Colaboradores Fundamental Completo	55
Colaboradores Ensino Médio Incompleto	28
Colaboradores Ensino Médio Completo	1176
Colaboradores Superior Incompleto	60
Colaboradores Superior Completo	246
Colaboradores Pós Graduação Incompleto	47
Colaboradores Pós Graduação Completo	362
Colaboradores Doutorado Completo	2
Colaboradores Mestrado Completo	6

IX – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Água de reuso

Através de avaliações em locais com descarte de água, refrigeração dos sistemas de vácuo, refrigeração das bombas de vácuo das autoclaves, sistema degelo da serpentina da central de oxigênio, residual do sistema de osmose reversa e condensados do sistema de ar condicionado e captação de água de chuva.

Captação, tratamento e utilização de água de chuva para reuso

Seguindo as premissas institucionais, durante o ano de 2022 foram realizadas ampliações no sistema de armazenamento e captação de água de chuva para reuso, utilizando-se do telhado da Maternidade da edificação, foi possível expandir a área de captação em 800 m² e que foi interligado ao sistema de coleta e transporte por gravidade já existente.

Já o sistema de armazenamento teve sua capacidade instalada ampliada em 117.000 litros com a instalação de 03 (três) reservatórios de 9.000 litros, 02 (dois) de 20.000 litros e a conversão de 02 (dois) reservatórios de 5.000 litros e 01 (um) de 40.000 litros de água potável em reuso. Atualmente a capacidade de armazenamento total da Instituição é de 368.000 litros de água para reuso no sistema sanitário, jardinagem e lavagem de pisos e calçadas.

Por meio do sistema de bombeamento a água armazenada nestes reservatórios é transferida para reservatórios com capacidade de 75.000 litros que estão alocados próximo ao Espaço de Colaboradores para posteriormente ser transferida para caixas superiores do 1º andar do prédio do Hospital, onde lá recebem todo tratamento de cloração diário e análise bacteriológica mensal antes de ser liberado para reuso.

A captação e utilização de água para reuso foi 14% superior em relação ao ano anterior, totalizando 1.227 m³ (um milhão e duzentos e vinte e sete mil litros) de água mês e 14.724 m³ (quatorze milhões e setecentos e vinte e quatro mil litros) de água ano. Em relação a água potável a economia alcançada com reuso foi de 40%.

Economia de energia elétrica

Além da ação contínua de substituição do sistema de ar condicionado por Sistema Inverter, foram instalados 02 (dois) Chillers onde cada módulo tem capacidade de 15 TR (tonelada de refrigeração), substituindo equipamentos um para um, gerando mais eficiência energética na edificação.

O projeto de readequação e instalação do sistema de automação Sitrad Full Gauge para gestão dos equipamentos de refrigeração continua sendo implementado, atualmente são 51 equipamentos interligados ao sistema onde é possível realizar todo controle de temperatura, ventilação e horário de funcionamento de maneira autônoma, resultando numa redução de 18% no consumo de energia. Atualmente os equipamentos de refrigeração representam 35% do consumo total de energia elétrica na instituição.

A edificação segue aderindo a modalidade Mercado Livre na contratação de energia, utilizando-se de fontes renováveis para produção de energia limpa. As novas obras têm como base a utilização de iluminação natural visando maior eficiência energética, além da utilização de luminárias do tipo LED.

Ainda se encontra em fase de estudos a viabilidade técnica e econômica a instalação de painéis fotovoltaico para produção de parte da energia utilizada pela instituição.

X – POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

A política de investimento da Associação classifica os ativos financeiros em quatro categorias:

- a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- b. Investimentos mantidos até o vencimento;
- c. Empréstimos e recebíveis; e
- d. Ativos financeiros disponíveis para venda.

As aplicações em títulos e valores mobiliários somente ocorrerão no caso da Associação tiver a capacidade financeira de manter esses títulos e valores até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2022 a Associação não possui aplicações financeiras classificadas na categoria mantidos até o vencimento.

XI – INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Associação divulga as seguintes informações relevantes às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021:

Cebas

A Associação protocolou junto ao Ministério da Saúde as renovações da sua Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, com base na Lei nº 12.101/2009, mediante aos Processos de nº 250000.111399/2012-26/MS, referente ao ano de 2012 e de nº 25000.001192/2016-78/MS, referente ao ano de 2015.

Em 9 de julho de 2015, através da Portaria de nº 492, a Secretaria da Saúde indeferiu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social referente ao Processo de nº 25000.001192/2016-78/MS. Em 7 de julho de 2015, a Associação protocolou recurso administrativo dessa decisão junto ao Ministério da Saúde, sem obter êxito.

Aludida ação tem por fundamento a mutação jurisprudencial ocorrida no Supremo Tribunal Federal, em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2028-DF, que foi convertida em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O tema nº 32, da Repercussão Geral do STF, reconhece que as contrapartidas para o reconhecimento das entidades de filantropias, para os efeitos da isenção para a seguridade social, devem ser aquelas estabelecidas em Lei Complementar, tornando discutível juridicamente, portanto, as atuais leis e regras infra legais que disciplinam o CEBAS. Consequentemente, esta situação somente será resolvida através de decisão judicial ou mudança legislativa.

No fim de 2020, a Associação impetrou Mandado de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça de número 26837, em trâmite, na 1ª Sessão, em que se pede a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde, e, da manutenção da classificação na modalidade filantrópica pela ANS. Em fevereiro de 2021 foi deferida a Medida Liminar suspendendo a decisão do Ministério da Saúde, mantendo os efeitos provisórios da concessão do CEBAS.

Considerando a decisão do STF nos embargos de declaração nos autos do RE 566.622/RS, julgado sob o regime da repercussão geral e das ADIs 2.028 e 2.036, ficou evidente que, qualquer contrapartida que fixe a forma de atuação das entidades beneficentes de assistência social, deve ter como norma a Lei Complementar. Nesse mesmo sentido, apesar da Lei nº 12.101/2009 não ter sido

formalmente declarada inconstitucional é certo que o STF manterá sua posição que pode ser observada na declaração de inconstitucionalidade arguida nos autos da ADI 4.891, a qual se encontra pendente de julgamento.

O CEBAS é condição necessária ao gozo da imunidade de impostos e contribuição social, bem como exigência da ANS para classificação da operadora como filantrópica e não medicina de grupo.

Houve a concessão da medida liminar tanto para manutenção dos efeitos da imunidade tributária como para a condição de operadora filantrópica junto à ANS.

Com a publicação da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referente à imunidade de contribuições à seguridade social, a Associação, com base no Parecer de seus assessores jurídicos, entende que o direito a gozo da imunidade está garantido, afastando a não exigibilidade das contribuições previdenciárias.

ISS

Em 2 de dezembro de 2019 foi encerrada a fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de diversos Autos de Infração que totalizam R\$ 87 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2014 a 2017.

Foi emitido pelo Auditor Fiscal da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional (lançamento SEI nº 6017.2019/0007178-8 (operação fiscal nº 1.930.214-2)).

A Associação goza de imunidade tributária de impostos, na forma do art. 150, VI, “c”, da Constituição, regulamentada pelo art. 14, incisos I, II e III, do Código Tributário Nacional, o qual cumpre em sua totalidade, isto é, não distribui lucro ou parcela de seu patrimônio, aplica os recursos em todo território nacional e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades

capazes de assegurar sua exatidão. Os fundamentos da autuação não estão baseados no citado artigo 14 e seus três incisos.

A matéria foi judicializada por intermédio do processo nº 1024091-12.2022.826.0053, sendo o referido crédito tributário garantido em sua totalidade ante admissão de garantia/caução real imobiliária em sede recursal (agravo nº 21071738320228260000).

Em 13 de janeiro de 2023 foi encerrada nova fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de 6 Autos de Infração que totalizam aproximadamente R\$ 60 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2018 a 2020.

Da mesma forma, foi emitido pelo Auditor Fiscal da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional. Lançamento SEI n.o 6017.2021/0067539-3 (operação fiscal n.o 1.930.658-0)). Fora apresentada a competente impugnação administrativa demonstrando o cumprimento fiel dos requisitos trazidos no artigo 14 do CTN. O crédito tributário constituído encontra-se com a exigibilidade suspensa nos termos do artigo 151, inciso III do CTN.

A Associação informa a Prefeitura do Município de São Paulo que a Operadora é uma entidade imune, sendo que as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, baseado no Parecer dos assessores jurídicos não contemplam reconhecimento de quaisquer tributos e contribuições decorrentes dos referidos Autos de Infração.

XII – PERSPECTIVAS PARA 2023

Os efeitos provocados pelo Covid-19 e a crise na economia têm sido devastadores, causando por exemplo, alta na inflação e nas taxas de juros, redução global de oferta de trabalho, retração em investimentos, entre outros. Não há como mensurar os reais impactos que o vírus vem causando na economia como um todo, existindo incertezas do mercado de saúde neste estado de pandemia, e as projeções de crescimento econômico para 2023 continuam sendo preocupantes.

Apesar dessa crise mundial, a Associação espera estender a quantidade de atendimento dos programas nas áreas sociais existentes.

Na área hospitalar os projetos para 2023 são:

- Criação da Ressonância, área construída 320 m².
- Reformulação do Hospital Dia, área construída 377 m².
- Ampliação da Central Fone
- Consolidação do Projeto Tubo Pneumático
- Hospital de Retaguarda (em estudo).
- Em estudos: Criação e ampliação de centros de referências das especialidades definidas como prioritárias ao objetivo de verticalização. Expansão da capacidade instalada.
- Em desenvolvimento: Automatizar processos manuais utilizando tecnologia de inteligência artificial; Avanços em métodos de segurança para controle e privacidade de dados; investir em tecnologias inovadoras e digitais.
- Ações de Marketing: Continuar as campanhas de mídias ON & OFF (digitais, eletrônicas e impressas); Parcerias e patrocínios para a promoção e divulgação da marca; veicular as publicações em diversos canais de comunicação.

São Paulo, 22 de março de 2023.

Valdir Pereira Ventura
Presidente do Conselho Deliberativo

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2022 R\$	2021 R\$
ATIVO CIRCULANTE		107.024.475	117.083.967
Disponível	6	1.088.212	5.869.417
Realizável	7	105.936.263	111.214.550
Aplicações Financeiras		73.740.141	78.762.791
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		60.216.985	52.996.250
Aplicações Livres		13.523.156	25.766.541
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	8	15.249.542	11.874.339
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		15.234.398	11.505.814
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		15.143	11.958
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	356.568
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora		81.876	60.076
Créditos Tributários e Previdenciários		432	2.215.896
Bens e Títulos a Receber	9	16.205.615	17.704.329
Despesas Antecipadas		658.657	597.119
ATIVO NÃO CIRCULANTE		385.234.598	286.961.137
Realizável a Longo Prazo	10	15.713.985	20.218.718
Títulos e Créditos a Receber		10.938.745	11.176.594
Depósitos Judiciais e Fiscais		2.900.240	5.667.124
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		1.875.000	3.375.000
Imobilizado	11	369.520.613	266.742.419
Imóveis de Uso Próprio		183.542.665	172.060.710
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		98.163.839	87.200.182
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		85.378.826	84.860.527
Imobilizado de Uso Próprio		37.423.505	37.688.597
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		27.907.140	27.405.178
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		9.516.365	10.283.419
Imobilizações em Curso		11.807.859	30.221.262
Outras Imobilizações		39.049.660	26.771.850
Direito de Uso de Arrendamentos		97.696.924	-
TOTAL DO ATIVO		492.259.073	404.045.104

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2022 R\$	2021 R\$
PASSIVO CIRCULANTE		170.708.626	138.231.054
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	101.491.885	80.915.146
Provisões de Prêmios / Contraprestações	13	30.852.761	28.024.416
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		30.852.761	28.024.416
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13	7.833.372	9.265.245
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		51.657.114	31.064.207
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	13	11.148.638	12.561.278
Outras Provisões Técnicas		-	-
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		2.576.944	2.444.126
Contraprestações / Prêmios a Restituir		58.113	58.113
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		1.845.879	1.584.748
Comercialização sobre Operações		651.567	780.884
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		20.018	19.014
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	14	1.367	1.367
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		7.303.092	7.040.628
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	10.127.207	12.469.199
Débitos Diversos	16	49.209.498	35.361.955
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		153.635.112	47.659.145
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17	8.317.360	5.339.942
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		8.317.360	5.339.942
Provisões	17	13.320.371	9.557.930
Provisões para Ações Judiciais		11.320.334	9.557.930
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	3.748.782	3.606.086
Tributos e Contribuições		3.748.782	3.606.086
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	37.901.361	27.551.020
Débitos Diversos		90.347.238	1.604.167
PATRIMÔNIO SOCIAL		167.915.335	218.154.905
Patrimônio Social	3.1.6	218.154.906	257.389.112
Déficits Acumulados	32	(50.239.570)	(39.234.207)
TOTAL DO PASSIVO		492.259.073	404.045.104

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

Descrição	Notas Explicativa	2022	2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	694.508.295	678.761.512
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		694.508.295	678.761.512
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		694.508.295	678.761.512
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	19	(588.529.312)	(556.261.971)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(589.941.952)	(556.949.799)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		1.412.640	687.827
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		105.978.983	122.499.541
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		4.342.857	4.617.409
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		21.066.836	22.514.358
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	21	7.374.302	10.210.408
Outras Receitas Operacionais	22	13.692.534	12.303.950
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(24.853.416)	(26.461.830)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	23	(5.507.567)	(3.666.958)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(3.362.107)	(2.773.242)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(15.983.742)	(20.021.630)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(70.677.165)	(69.704.366)
RESULTADO BRUTO		35.858.095	53.465.112
Despesas de Comercialização		(23.636.574)	(27.979.911)
Despesas Administrativas	25	-68.738.457	(72.677.871)
Resultado Financeiro Líquido		6.281.220	7.980.087
Receitas Financeiras		13.417.637	17.803.693
Despesas Financeiras		(7.136.417)	(9.823.606)
Resultado Patrimonial		(3.854)	(21.624)
Despesas Patrimoniais	26	(3.854)	(21.624)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(50.239.570)	(39.234.207)
RESULTADO LÍQUIDO		(50.239.570)	(39.234.207)

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>Patrimônio Social</i>	<i>Superávit/ Déficit do</i>	
		<i>Exercício</i>	<i>Total</i>
	R\$	R\$	R\$
Saldo em 31.12.2020	200.282.765	57.106.347	257.389.112
Transferência para o Patrimônio Social	57.106.347	(57.106.347)	-
Déficit do Exercício	-	(39.234.207)	(39.234.207)
Saldo em 31.12.2021	257.389.112	(39.234.207)	218.154.905
Transferência para o Patrimônio Social	(39.234.207)	39.234.207	-
Déficit do Exercício	-	(50.239.570)	(50.239.570)
Saldo em 31.12.2022	218.154.905	(50.239.570)	167.915.335

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em reais)

	2022	2021
	R\$	R\$
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	697.018.884	688.513.195
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	276.600.097	433.459.214
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	8.643.661	2.645.747
(+) Outros Recebimentos Operacionais	8.859.395	9.419.229
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(392.832.306)	(390.239.442)
(-) Pagamento de Comissões	(28.103.784)	(25.687.273)
(-) Pagamento de Pessoal	(127.558.627)	(122.837.656)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(73.120.109)	(87.200.539)
(-) Pagamento de Tributos	(56.394.098)	(52.552.029)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(4.521.529)	(4.566.491)
(-) Pagamento de Aluguel	(10.004.830)	(9.053.450)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(12.063.970)	(18.084.769)
(-) Aplicações Financeiras	(271.577.447)	(365.484.242)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(13.107.840)	(10.700.663)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.837.497	47.630.831
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(17.403.619)	(40.864.857)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.333.671)	(39.812.012)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(18.737.290)	(80.676.869)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	20.000.000	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	5.961.012	41.226.344
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(1.931.415)	(2.037.988)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(11.911.009)	(570.245)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	12.118.588	38.618.111
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.781.205)	5.572.073
CAIXA – Saldo Inicial	5.869.417	297.344
CAIXA - Saldo Final	1.088.212	5.869.417
Ativos Livres no Início do Período	25.766.541	107.856.654
Ativos Livres no Final do Período	13.523.156	25.766.541
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(12.243.385)	(82.090.113)

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

**ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)**

	2022	2021
	R\$	R\$
Resultado Líquido do Exercício	(50.239.570)	(39.234.207)
Componentes do Resultado Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(50.239.570)	(39.234.207)

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Nota 1 - Contexto Operacional

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão é uma entidade civil brasileira, de fins não econômicos, de caráter assistencial, beneficente e filantrópica e de índole apolítica, que tem por objetivo:

- I. Operar Plano de Saúde e manter programas de assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica aos associados, observando os termos do Regulamento;
- II. Criar, manter e administrar casa de repouso, asilo, creches e outras entidades voltadas para a assistência à saúde.
- III. Celebrar convênios com outras instituições para prestação de assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica aos associados, a critério da Diretoria;
- IV. Manter e editar um periódico para orientação dos associados;
- V. Prestar gratuitamente assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica às pessoas indigentes e/ou carentes de recursos.

Para atender esses objetivos, mantém os seguintes Departamentos:

- ◆ Sede Social;
- ◆ Departamento de Assistência Médica Ambulatorial, Hospitalar, Sanatorial e Odontológica;
- ◆ Hospital e Maternidade São Cristóvão;
- ◆ Sanatório São Cristóvão;
- ◆ Casa de Repouso São Cristóvão;
- ◆ Lar das Crianças São Cristóvão;
- ◆ Lar Geriátrico São Cristóvão;
- ◆ Centro de Estudos e Pesquisas.

A Associação é reconhecida como utilidade Pública Federal, conforme o Decreto nº 85.752/1981, possuindo o registro no Conselho Nacional de Serviço Social, como entidade de fins filantrópicos, conforme Certificado definitivo expedido em 29/04/1981, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.572/1977.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde SUPLEMENTAR – ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS RN nº 528 de 29/04/2022.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação (moeda funcional). Tais Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Associação em 22 de março de 2023.

Nota 3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Base de Preparação e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionadas na Nota nº 2. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com a Resolução Normativa ANS RN nº 528 de 29/04/2022, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis e estão divulgadas na Nota nº 4. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por

exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que se espera serem necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

A Administração informa que a Operadora possui recursos para garantir a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Em conformidade com o previsto no item IV, do artigo 29, da Lei nº 12.101/2009, e em atendimento as Normas Contábeis emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a partir do exercício de 2020, a Operadora não reconhece mais em sua escrituração contábil o valor da renúncia fiscal decorrente dos impostos e contribuições federais, municipais e estaduais usufruídos pela imunidade tributária que goza.

3.1.1 - Ativo Circulante - O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

3.1.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidade)

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

3.1.1.2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos, no caso de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro que não seja pelo valor justo, por meio do resultado, dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data do Balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; de investimentos, mantidos até o vencimento; de empréstimos e de recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda e de passivos financeiros, mensurados a valor justo no Resultado e outros passivos financeiros.

3.1.1.3 - Aplicações Financeiras

Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado) que se aproximam do valor justo.

3.1.1.4 - Contraprestação Pecuniária a Receber

As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados aos Planos de Saúde comercializados pela Associação.

Essas contraprestações são reconhecidas pelo valor justo, ou seja, reconhecidos pelo valor cobrado ou nominal. A constituição das provisões para perdas com esses créditos contempla as mensalidades vencidas a mais de 60 dias para pessoa física e de 90 dias para pessoa jurídica.

3.1.1.5 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoques “custo médio”.

3.1.1.6 - Demais Créditos a Receber

Os títulos e créditos decorrentes de operações não relacionadas aos planos correspondem, principalmente, a operações no atendimento hospitalar a particulares e a convênios.

Esses créditos são reconhecidos pelo valor justo, ou seja, pelo valor efetivamente faturado. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

3.1.2 - Ativo Não Circulante

3.1.2.1 - Realizável a Longo Prazo

Os valores dos depósitos judiciais são reconhecidos à medida do efetivo desembolso conforme determinação do Poder Jurídico.

Não há constituição para provisão de perdas com esses créditos cuja expectativa de realização está atrelada à expectativa de desembolso estimado para liquidação das Ações contra a Associação.

3.1.2.2 - Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros Ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Edificações	50
Equipamentos Aparelhos Hospitalares	10
Móveis Hospitalares	10
Equipamentos de Processamento Dados	10
Máquinas e Equipamentos não Hospitalares	10
Móveis e Utensílios não Hospitalares	10
Veículos e Acessórios	5

Os Direitos de Uso de Arrendamento são registrados inicialmente pelo valor original contidos nos Contratos de Arrendamento e, quando aplicável, ajustado ao valor seu valor presente. A taxa média de depreciação dos é de 15% a.a.

3.1.3 - “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.1.4 - “Impairment” de Ativos Financeiros

A Associação avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativo financeiro que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Associação usa para determinar se há evidências objetivas de uma perda por “impairment” incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Quebra de Contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Associação reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos. Para os demais títulos e créditos a receber a redução ao valor recuperável considera aqueles em atraso acima de 90 dias.

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como “impairment”.

3.1.5 - Passivo Circulante e Não Circulante - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.

3.1.5.1 - Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores de Serviços

Os eventos a liquidar são as obrigações a pagar pelos serviços prestados pela rede credenciada no atendimento aos Associados dos Planos de Saúde comercializados pela Associação, sendo que o prazo médio de pagamento não é superior a 30 dias.

Esses eventos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, considerando como tais os valores dos serviços estabelecidos em cláusulas contratuais.

Os eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS são registrados pelos valores notificados pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS atendendo as diretrizes da Instrução Normativa ANS – IN Nº 25, de 29 de abril de 2022 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e as normas e procedimentos estabelecidos na RN Nº 528/2022.

3.1.5.2 - Tributos e Contribuições a Recolher

Os tributos e contribuições a recolher são registrados a partir do conhecimento do seu fato gerador. As obrigações legais suspensas por determinação judicial são reconhecidas como se devidos fossem contemplando os encargos financeiros aplicados em débitos vencidos.

3.1.5.3 - Empréstimos e Financiamento

As obrigações decorrentes de operações de empréstimos efetuados com as instituições financeiras autorizadas são reconhecidas pelo valor presente, contemplando os cálculos dos encargos incorridos estipulados contratualmente até a data de 31 de dezembro de 2022.

As parcelas a vencer superiores há 12 meses são registradas no Passivo não Circulante.

3.1.5.4 - Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como Passivo

Circulante se o pagamento for devido no período de até um ano (ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentados como Passivo não Circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado como o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da Fatura correspondente, sendo que o prazo médio de pagamento é de 30 dias.

3.1.5.5 - Provisões

As provisões envolvendo as operações de assistência à saúde são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, contemplando estimativas atuariais com base em metodologia própria.

As provisões para Ações Judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Associação: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

A provisão de férias é constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.1.6 - Patrimônio Social

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

3.1.7 - Reconhecimento da Receita

(a) Contraprestação Pecuniária de Assistência à Saúde

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco através do cálculo “pró-rata-die”.

(b) Receitas Hospitalares

Correspondem às receitas não relacionadas com os Planos de Saúde comercializados pela Associação, proveniente dos serviços prestados dentro das dependências hospitalares a terceiros, sejam eles realizados a particulares e a Planos de Saúde mediante Contrato de rede conveniada.

Essas receitas são reconhecidas mediante a emissão mensal da Fatura.

(c) Receita Financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.1.8 - Gratuidades e Benefícios Fiscais Usufruídos

Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos de forma segregada. Os benefícios concedidos como gratuidade por meio da prestação de serviços são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado.

Os benefícios fiscais usufruídos decorrentes da renúncia Fiscal estão divulgados na Nota Explicativa nº 29.

Nota 4 - Julgamentos, Estimativas e Premissas Significativas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos Ativos e Passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além de auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando à seleção de vida útil dos bens do Imobilizado, atualizações de débitos fiscais parcelados e ainda não consolidados, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, ao valor justo dos imóveis e dos instrumentos financeiros.

Nota 5 - Gestão de Risco Financeiro

As atividades da Associação se expõem a alguns riscos financeiros: Risco de Crédito e Risco de Liquidez.

(a) Risco de Crédito

O risco de créditos decorre de Caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposição de créditos a receber dos associados. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos considerados recebíveis. Em relação aos créditos a receber de associados, respeitando as Normas do órgão regulador do mercado de Planos de Saúde, a prestação dos serviços aos associados está condicionada à sua pontualidade de pagamento da mensalidade.

(b) Risco de Liquidez

A previsão do Fluxo de Caixa é realizada pela Diretoria Financeira através da monitoração das previsões orçamentárias para assegurar que a Associação tenha Caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

O excesso de Caixa mantido pela Associação, além do saldo exigido para administração do Capital Circulante, é investido em Contas Correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme as referidas previsões.

Nota 6 - Disponível

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Em R\$	Em R\$
Caixa	37.044	26.530
Bancos Conta Movimento	1.051.168	5.842.887
Total	1.088.212	5.869.417

Nota 7 - Aplicações Financeiras

Referem-se às aplicações/maneiras em Fundos de Investimentos, registradas ao valor justo, contemplando o valor de custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos financeiros até 31 de dezembro de 2022, estando assim apresentadas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Em R\$	Em R\$
Aplicação Garantidoras das Provisões Técnicas	60.216.985	52.996.250
Fundo de Investimento Renda Fixa	60.216.985	52.996.250
Aplicações Livres	13.523.156	25.766.541
Fundo de Investimento Renda Fixa	13.390.524	25.766.541
Total	73.740.141	78.762.791

Em 31 de dezembro de 2022, a Operadora apresentou insuficiência de ativos garantidores (lastreados) às provisões técnicas na ordem de R\$ 3.304.722. Essa desconformidade econômico-financeira foi identificada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS na data-base de setembro/2022, conforme Ofício nº: 98/2023/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, de 28 de fevereiro de 2023. Em 8 de março de 2023 a Administração da Operadora efetuou o complemento da aplicação financeira vinculada, na ordem de R\$ 3.305.000,00 para fins de adequar a insuficiência dos ativos garantidores.

Nota 8 - Créditos de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Em R\$	Em R\$
Contraprestação Pecuniária Receber Assist. Médico-Hospitalar	75.465.862	63.070.640
Coletivo	26.355.988	20.856.232
Individual	49.109.874	42.214.408
Contraprestação Pecuniária a Receber Assist. Odontológica	693.253	644.676
Coletivo	231.146	151.143
Individual	462.107	493.533
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	81.577	75.154
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(60.991.150)	(52.272.698)
Outros Créditos de Operação com Planos de Assistência a Saúde	-	356.567
Total	15.249.542	11.874.339

Nota 9 - Bens e Títulos a Receber

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Descrição	31/12/2022 Em R\$	31/12/2021 Em R
Estoque	5.822.452	5.678.462
Títulos a Receber	17.049.428	17.570.787
Outros Títulos a Receber / Adiantamentos	1.297.718	1.720.817
Imóveis a Venda (2)	3.600.223	3.600.223
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos (1)	(11.564.206)	(10.865.960)
Total	16.205.615	17.704.329

- (1) Refere-se a provisão para perdas esperadas com Títulos a Receber.
 (2) Refere-se ao Imóvel localizado no Município de São Paulo, Rua Valentim Magalhães, Mooca, objeto de negociação com a empresa Cyrela através de contrato de permuta financeira.

Nota 10 - Realizável a Longo Prazo

Está composto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022 Em R\$	31/12/2021 Em R\$
Títulos e Créditos a Receber (a)	10.938.745	11.176.594
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.900.240	5.667.124
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo (b)	1.875.000	3.375.000
Total	15.713.985	16.843.718

- (a) Composto em sua maioria por títulos de capitalização vinculados aos Contratos de Empréstimos com vencimento de resgate superior a 12 meses.
 (b) Crédito exigível junto a Associação Lar São Benedito (Casa de Misericórdia de Francisco Morato) correspondente a 15 parcelas com vencimento superior a 12 meses

Nota 11 – Imobilizado

Nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os bens do Ativo Imobilizado estão representados da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2022			
	Custo	Deprec./ Amortização	Líquido	Líquido 31/12/2021
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	214.077.332	(30.534.667)	183.542.665	172.060.709
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO HOSPITALARES	120.603.564	(22.439.725)	98.163.839	87.200.182
Terreno	10.315.000	-	10.315.000	10.315.000
Edificações	110.288.564	(22.439.725)	87.848.839	76.885.182
OUTROS IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	93.473.768	(8.094.942)	85.378.826	84.860.527
Terrenos	45.937.530	-	45.937.530	44.226.000
Edificações	47.536.238	(8.094.942)	39.441.296	40.634.527
BENS MÓVEIS DE USO PRÓPRIO HOSPITALARES	45.540.484	(17.633.344)	27.907.140	27.405.178
Equipamentos Aparelhos Hospitalares	39.068.719	(14.423.026)	24.645.693	23.749.887
Móveis Hospitalares	6.310.373	(3.108.854)	3.201.519	3.582.219
Instalações –Hospitalares	161.392	(101.464)	59.928	73.072
OUTROS MÓVEIS DE USO PRÓPRIO	24.598.834	(15.082.469)	9.516.365	10.283.420
Equipamentos de Processamento Dados	12.664.419	(8.078.998)	4.585.421	5.230.302
Máquinas e Equipamentos não hospitalares	4.616.561	(3.098.025)	1.518.536	1.494.353
Móveis e Utensílios não hospitalares	7.055.356	(3.707.565)	3.347.791	3.460.147
Veículos e Acessórios	262.498	(197.881)	64.617	98.618
IMOBILIZAÇÃO EM CURSO – HOSPITALARES	11.807.859	-	11.807.859	30.221.262
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES (1)	45.947.369	(6.897.709)	39.049.660	26.771.850
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	45.947.369	(6.897.709)	39.049.660	26.771.850
Direito de Uso de Arrendamento	104.923.539	(7.226.615)	97.696.924	-
TOTAL DO IMOBILIZADO	446.895.417	(77.374.804)	369.520.613	266.742.419

- (1) Refere-se aos gastos com a ampliação de novas instalações da Rede Hospitalar que se encontram em andamento. A composição desses gastos está demonstrada a seguir por projetos:

Obras em andamento	Previsão de Término Mês/Ano	Saldo em 31/12/2021
FD AMPLIAÇÃO PRONTO SOCORRO	jan/23	8.271.341
NOVA CENTRAL FONE RUA DO ORATORIO 1937	jun/23	3.349.511
PROJETO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	mar/23	13.000
PROJETO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	mar/23	37.171
PROJETO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	mar/23	6.971
PROJETO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	mar/23	38.371
CAIS I - REFORMA 3ºANDAR PARA AMPLIAÇÃO DE CONSULTÓRIOS	mar/23	91.496
TOTAL		11.807.859

Nota 12 - Provisões Técnicas

As Resoluções Normativas RN nº 393/2015, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, alterada pelas Resoluções Normativas RN nº 442/2018 e 476/2021, e RN nº 517/2022, dispõem sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde a partir de 1º de janeiro de 2016.

a) Provisão de Eventos a Liquidar

É constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data de 31 de dezembro de 2022, independentemente da emissão ou não do documento fiscal pelo prestador de serviços.

Os eventos indenizáveis provenientes do Ressarcimento ao SUS são reconhecidos mensalmente com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), reduzidos pelo percentual histórico de cobrança individual da Operadora (% hc), bem como com base nos avisos de cobrança (GRU).

b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Associação.

c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados SUS (PEONA-SUS)

A Resolução Normativa RN nº 442/2018 promoveu alterações na RN nº 393/2015 e, dentre essas, instituiu a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS – PEONA SUS. Ao final do exercício de 2021, a PEONA-SUS era constituída de acordo com a Nota Técnica Atuarial. No final do exercício de 2022 a PEONA-SUS foi constituída de acordo com os artigos 12-A e 20-A e Anexo VIII da RN nº 393/2015 da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS.

c) Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganha

A Provisão de Prêmio ou Contribuição Não Ganha é constituída valor mensal cobrado pela Associação para cobertura de risco contratual da vigência iniciado em determinado mês, apropriada a Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Nota 13 - Movimentação das Contas de Provisões Técnicas, Eventos a Liquidar, Despesas de Comercialização e de outros Débitos das Operações com Planos de Assistência à Saúde

<i>Descrição</i>	<i>Saldo de Abertura</i>	<i>Constituição</i>	<i>Reversão Baixa</i>	<i>Saldo Final</i>
Provisão de Contraprestação Não Ganha	28.024.416	699.708.900	696.880.555	30.852.761
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	9.265.245	38.221.964	39.653.837	7.833.372
Provisões de Eventos a Liquidar Outros Prestadores	15.403.897	1.190.136.076	1.177.332.574	28.207.399
Provisões de Eventos a Liquidar Rede-Própria	15.660.310	344.377.283	336.587.878	23.449.715
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	7.767.980	3.151.360	3.027.336	7.892.004
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados SUS (PEONA_SUS)	4.793.298	2.456.441	3.993.105	3.256.634
Total	80.915.146	2.277.928.817	2.257.352.078	101.491.885

Nota 14 - Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Referem-se à remuneração dos honorários médicos pela prestação de serviços médico-hospitalares não relacionados ao Plano de Assistência à Saúde, principalmente com atendimentos a particulares e a outras Operadoras de Plano de Saúde decorrentes de Contratos de Convênios firmados.

Nota 15 - Empréstimos e Financiamentos a Pagar

Em 31/12/2022 estão compostos da seguinte forma:

<i>Contrato</i>	<i>Data do Contrato</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Taxa</i>	<i>Circulante</i>	<i>Não Circulante</i>	<i>Total</i>
CAPITAL DE GIRO						
SANTANDER 1033315	15/01/21	22/12/25	cdi + 2,94% a.a	9.395.167	17.120.063	26.515.230
SANTANDER 1036311	19/04/21	24/03/26	cdi + 5,45% a.a	1.938.257	3.898.563	5.836.820
B.BRASIL 334.702.908	14/11/22	20/10/27	cdi + 2,99% a.a	1.980.355	12.377.986	14.358.341
B.BRASIL 334.702.909	18/11/22	20/10/27	cdi + 2,99% a.a	1.791.750	11.199.130	12.990.879
(-) Juros a Amortizar				(5.033.285)	(6.694.381)	(11.727.665)
Finame						
AYMOREÉ 310122	19/01/22	19/02/23		54.964		54.964
Total				10.127.207	37.901.361	48.028.568

Nota 16 - Débitos Diversos

Estão compostos da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>31/12/2021</i>
	<i>Em R\$</i>	<i>Em R\$</i>
Obrigação com Pessoal	22.706.373	19.175.113
Fornecedores	16.933.661	14.775.671
Depósitos de Benefic. e de Terceiros	1.177.610	1.317.478
Outros Débitos Pagar	-	93.693
Passivo de Arrendamento (Nota 17.4)	8.391.853	-
Total	49.209.497	35.361.955

Nota 17 - Passivo não Circulante

Estão compostos da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>31/12/2022</i>	<i>31/12/2021</i>
	<i>Em R\$</i>	<i>Em R\$</i>
Provisões Téc. Op. Assistência à Saúde (Nota 17.1)	8.317.360	5.339.942
Provisões (Nota 17.2)	13.320.371	9.557.930
Tributos e Contribuições a Recolher (Nota 17.3)	3.748.782	3.606.086
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (Nota 15)	37.901.361	27.551.020
Débitos Diversos	1.042.167	1.604.167
Passivo de Arrendamento (17.4)	89.305.071	-
Total	153.635.112	47.659.145

17.1 - Provisões Técnicas de Op. Assistência à Saúde

Correspondem aos eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS objeto de parcelamento junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS cujos vencimentos são superiores a um ano.

17.2 - Provisões

A Associação avalia suas Contingências Ativas e Passivas através das determinações emanadas das disposições e critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Instrução Normativa IN nº 37/2009, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Para fins de classificação dos Ativos e Passivos em contingentes ou não, este CPC usa os termos praticamente certo, provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

- (a) **Praticamente certo** - este termo é mais fortemente utilizado no julgamento de contingências ativas. Ele é aplicado para refletir uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. Essa certeza advém de situações cujo controle está com a Administração de uma entidade, e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (b) **Provável** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (c) **Possível** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém, maior que remota.
- (d) **Remota** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Associação possui Processos Judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária. A posição desses Processos está demonstrada por riscos de possíveis ganhos ou perdas avaliadas pelos Assessores Jurídicos, como segue:

Contingências Ativas

A Associação não reconhece os Ativos contingentes em sua escrituração contábil.

Probabilidade de Ganho- R\$						
Natureza	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Praticamente Certa	Total
Fiscais	4	123.580.799	1.329.120	10.000	-	124.919.919
Cíveis	599	98.938	1.195.125	4.940.507	7.337	6.241.907
Total	603	123.679.737	2.524.245	4.950.507	7.337	131.161.826

Contingências Passivas

<i>Detalhamento por Probabilidade de Perda</i>					
<i>Valor Reclamado (a) – R\$</i>					
<i>Natureza</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Remota</i>	<i>Possível</i>	<i>Provável</i>	<i>Total</i>
Fiscal	31	130.359.778	3.422.631	-	133.782.409
Trabalhistas	122	1.518.324	4.245.481	4.448.099	10.211.904
Administrativa	25	-	190.000	3.190.000	3.380.000
Cível	731	4.501.545	22.849.234	15.285.200	42.635.979
Total	909	136.379.647	30.707.346	22.923.299	190.010.293

(a) O valor reclamado corresponde ao valor original da causa.

<i>Detalhamento por Probabilidade de Perda</i>						
<i>Valor Desembolso Esperado – R\$</i>						
<i>Descrição</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Remoto</i>	<i>Possível</i>	<i>Provável</i>	<i>Total</i>	<i>Valor Constituído</i>
Fiscal (b)	31	134.889.622	2.538.937	-	137.428.559	-
Trabalhistas	122	-	2.290.125	1.620.724	3.910.849	1.620.724
Administrativa	25	-	190.000	4.534.970	4.724.970	4.534.970
Cível (c)	731	4.599.844	22.749.234	5.164.640	32.513.718	5.164.640
Total	909	139.489.466	27.768.296	11.320.334	178.578.096	11.320.334

(b) Refere-se, principalmente, aos Processos Administrativos decorrentes dos Autos lavrados pela Receita Fazendária decorrente dos impostos incidentes sobre a importação de equipamentos e materiais bem como dos Autos de Infração referente ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (Nota Explicativa nº 31).

(c) Refere-se aos Processos Administrativos decorrentes das Multas aplicadas pela ANS

(d) Refere-se a Processos cíveis cujos valores mais representativos estão vinculados a Processos por danos de responsabilidade cível.

A posição da provisão para contingência constituída no exercício está apresentada da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	31/12/2022 <i>Em R\$</i>	31/12/2021 <i>Em R\$</i>
Cíveis	5.164.640	5.298.265
Trabalhistas	1.620.724	1.586.147
Administrativa	4.534.970	2.673.518
Total	11.320.334	9.557.930

17.3 - Tributos e Contribuições a Recolher

Referem-se aos valores das obrigações legais de Imposto de Renda e dos acréscimos legais correspondentes até a data-base de 31 de dezembro de 2008, que tiveram sua exigibilidade suspensa através das compensações efetuadas com créditos tributários pleiteados pela Associação através do Processo Administrativo nº 19679.005808/2005-51, classificados no Passivo não Exigível com base na expectativa de realização (pagamento desses valores) pela Associação.

17.4 - Passivo de Arrendamento

Com a publicação da Resolução Normativa RN nº 472/2021, posteriormente revogada pela RN 528/2022, da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, que trata do Plano de Contas Padrão a partir do exercício de 2022, as Operadoras de Plano de Saúde tiveram que aplicar o Pronunciamento Contábil CPC nº 06 (R2) - Arrendamento o qual requer o reconhecimento o valor global contratado a valor presente dos direitos de uso de Imóveis de terceiros. O saldo do Passivo de Arrendamento provenientes desses Contratos estão segregados da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	31/12/2022 <i>Em R\$</i>
Circulante	8.391.853
Não Circulante	89.305.071
Total	97.696.924

Os valores dos Passivo de Arrendamento no Passivo não Circulante têm os seguintes prazos:

Descrição	31/12/2022 Em R\$
2024	8.308.944
2025	8.056.322
2026	7.411.002
2027	6.476.036
2028	6.476.036
Posteriores a 2028	52.576.731
Total	89.305.071

Nota 18 - Contraprestações Emitidas Líquidas

Referem-se às receitas relativas à prestação de assistência médica à saúde, provenientes da cobrança de mensalidades dos Associados apropriadas pela cobertura do Risco, considerando como tal a data de início da cobertura.

Nota 19 - Eventos Indenizáveis Líquidos

Referem-se aos eventos líquidos provenientes do atendimento aos Associados prestados pelas Redes Conveniadas e pelo Hospital e Maternidade São Cristóvão.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar Eventos Médico Hospitalares Assistência Médico-Hospitalar, do Documento de Informações Periódicas – DIOPS, do 4ª trimestre 2022, está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos Planos Individuais firmados, posteriormente, à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Eventos Médico-Hospitalares - Assistência Médico-Hospitalar

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – R\$

Carteira de Planos Individuais pós Lei nº 9.1998

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	43.094.869	67.383.004	8.264.562	210.168.370	75.856.150	-	404.766.954
Rede Contratada	32.269.791	41.211.295	40.744.490	27.018.433	37.057.343	1.652.391	179.953.744
Reembolso	4.040	17.460	122.109	19566,91	25.417	560	189.153
TOTAL	75.368.700	108.611.759	49.131.161	237.206.370	112.938.910	1.652.951	584.909.851

Nota 20 - Contratos de Plano de Saúde - Margem de Contribuição

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021								
Contraprestações	488.056.806	483.686.736	178.704.076	162.689.513	24.547.677	29.509.433	691.308.559	675.885.682
Tributos diretos (PIS/COFINS) (PIS/COFINS)	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA LÍQUIDA	488.056.806	483.686.736	178.704.076	162.689.513	24.547.677	29.509.433	691.308.559	675.885.682
Eventos indenizáveis	(434.478.771)	(404.647.732)	(128.755.809)	(124.404.642)	(21.675.270)	(24.045.285)	(584.909.851)	(553.097.659)
Consultas médicas	(55.038.895)	(45.350.795)	(17.587.854)	(14.797.263)	(2.741.951)	(3.135.839)	(75.368.700)	(63.283.897)
Outros atendimentos ambulatoriais	(81.251.139)	(85.008.845)	(27.664.205)	(28.470.510)	(4.023.566)	(5.195.000)	(112.938.910)	(118.674.355)
Exames	(78.001.068)	(76.060.160)	(26.877.131)	(26.545.213)	(3.733.560)	(5.110.610)	(108.611.759)	(107.715.983)
Terapias	(37.483.516)	(19.397.129)	(9.696.511)	(5.154.159)	(1.951.134)	(1.636.986)	(49.131.161)	(26.188.274)
Internações	(181.331.403)	(177.477.702)	(46.729.018)	(49.190.978)	(9.145.948)	(8.871.993)	(237.206.369)	(235.540.673)
Demais despesas médico-hospitalares	(1.372.751)	(1.353.101)	(201.090)	(246.519)	(79.111)	(94.857)	(1.652.952)	(1.694.477)
Procedimentos odontológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras formas de Pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO BRUTO	53.578.035	79.039.004	49.948.267	38.284.871	2.872.407	5.464.148	106.398.708	122.788.023
Despesas de comercialização	(12.956.792)	(19.323.697)	(7.096.168)	(5.307.783)	(1.999.575)	(2.130.503)	(22.052.535)	(26.761.983)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	40.621.242	59.715.307	42.852.099	32.977.088	872.832	3.333.645	84.346.173	96.026.040

Nota 21 - Receitas com Operação de Assistência Médico-Hospitalar

Referem-se a outras receitas e despesas provenientes de operações não relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas, em sua maior parte, das receitas e dos custos do Hospital e Maternidade São Cristóvão pela prestação dos serviços à rede conveniada, como segue:

Descrição	2022 Em R\$	2021 Em R\$
Serviços Hospitalares	4.696.624	5.331.391
Honorários Médicos	2.060.293	1.932.842
SADT	1.787.318	2.552.110
Inaloterapia	245.995	894.245
Materiais	857.855	1.289.766
Medicamentos	521.577	1.234.085
Reversão/Dedução de Receitas	(2.795.360)	(3.024.031)
Total	4.696.624	5.331.391

Nota 22 - Outras Receitas Operacionais

Estão compostas da seguinte forma:

Descrição	2022 Em R\$	2021 Em R\$
Recup. Contingências Cíveis	2.135.456	80.542
Recup. Contingências Trabalhistas	165.275	291.080
Estacionamento	3.700.570	3.048.530
Aluguéis	722.011	328.217
Outras	6.969.222	8.555.581
Total	13.692.534	12.303.950

Nota 23 - Outras Despesas de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Referem-se aos valores de despesas de cobrança.

Nota 24 - Outras Despesas de Operações de Assistência à Saúde não Relacionado com Planos de Assistência à Saúde da Operadora

Referem-se exclusivamente as despesas de honorários médicos decorrentes dos serviços prestados.

Nota 25 - Despesas Administrativas

São compostas na sua maioria por despesas provenientes de gastos do Departamento do Hospital, relativas a atendimentos de Sócios vinculados à Sede, sendo compostas da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	2022 <i>Em R\$</i>	2021 <i>Em R\$</i>
Despesas c/ Administração e Pessoal Próprio	31.237.256	29.600.407
Despesas com Terceiros	15.681.495	20.641.611
Despesas com Localização e Funcionamento	8.902.931	8.408.142
Despesas com Publicidade e Propaganda	3.392.283	4.793.520
Despesas com Tributos	983.399	632.347
Despesas com Multas Administrativa	2.029.602	1.462.400
Despesas Administrativas Diversas	6.511.491	7.139.444
Total	68.738.457	72.677.871

Nota 26 - Resultado Patrimonial

Está composto na sua maior parte pelas receitas de donativos, auxílios e, principalmente, de recuperações de despesas dos Departamentos da Associação.

Nota 27 - Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência

Até 31 de dezembro de 2022, o capital regulatório (CR) das operadoras de planos de assistência à saúde era definido com base na RN nº 526/2022 (revogada pela RN nº 569/2022), a qual estabelecia critérios e regras de definição de capital levando em consideração o Capital Base e a Margem de Solvência, sendo estes os definidores do limite mínimo de patrimônio líquido ajustado a ser observado pela operadora, a qualquer tempo.

A partir de 1º de janeiro de 2023, o referido capital das operadoras passa a ser apurado mensalmente com base no Capital Baseado em Riscos (CBR), conforme critérios definidos pela RN nº 569/2022. Trata-se de uma regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Conforme facultava a RN nº 526/2022, a Operadora optou por não fazer adoção antecipada do capital baseado em riscos na apuração de seu Capital Regulatório. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, tal valor foi definido pelo maior montante entre o Capital Base e a Margem de Solvência.

O Patrimônio Líquido Ajustado e a Margem de Solvência em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, da Operadora estão demonstrados a seguir:

a) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	<i>Descrição</i>	2022 <i>Em R\$</i>	2021 <i>Em R\$</i>
(+)	Patrimônio Líquido	167.915.335	218.154.906
(+)	Lucros não Realizados Carteiras de Ações	-	-
(+)	Receitas Antecipadas	1.845.879	1.584.748
(-)	Participação Em OPS avaliados por Equiv. Patrimonial	-	-
(-)	Despesas de Comercialização Diferidas	-	-
(-)	Despesas Antecipadas	658.657	597.119
(=)	Patrimônio Líquido Ajustado	169.102.557	219.142.535

b) Margem de Solvência

	<i>Descrição</i>	2022 <i>Em R\$</i>	2020 <i>Em R\$</i>
	Patrimônio Líquido Ajustado	169.102.557	219.142.535
(a)	0,20 (Contraprestações Pecuniárias) – 12 meses	138.901.659	135.752.302
(b)	0,33 (Eventos Indenizáveis - Anual Médio) – 36 meses	170.076.987	147.676.911
(c)	Margem de Solvência (o maior valor entre (a) e (b))	170.076.987	147.676.911
	Insuficiência (Suficiência) (PLA – (c)) de:	(974.430)	71.465.624

Ao final do exercício de 2022, a Operadora apresentou insuficiência da margem insuficiente devido ao aumento considerável dos eventos indenizáveis de assistência médicas avisados no ano.

Apesar disso, em 1º de janeiro de 2023, considerando os dados do período findo em 31 de dezembro de 2022, o cálculo do Capital Baseado em Riscos (CBR) R\$ 76.329.964.

Nota 28 - Cobertura de Seguros

A Associação possui as seguintes coberturas de seguros que considera suficiente:

Descrição	Valor R\$
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	1.000.000
Danos Elétricos	1.000.000
Riscos Cobertos (Incêndio, Queda de Raio e Explosão)	195.000.000
Impactos de Veículos Terrestres, Queda de Aeronaves ou Quaisquer Outros Engenhos Aéreos ou Espaciais	10.000.000
Equipamentos Eletrônicos	1.000.000
Roubo e Furto Mediante Arrombamento	500.000
Valores em Trânsito e no interior do Estabelecimento	30.000
Derrame Acidental de chuveiros automáticos de combate de Incêndio (sprinklers)	1.000.000
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	400.000
Alagamento e Inundação	100.000
Desmoronamento	300.000
Deterioração de Mercadorias em Ambientes Frigorificados	200.000
Responsabilidade Civil Garagista	300.000
Responsabilidade Civil - Operações (Excluído Competições e jogos esportivos)	1.000.000
Quebra de Vidros, Espelhos e Mármore	500.000
Objetos Portáteis (Âmbito Geográfico: Território Brasileiro)	300.000
Perda ou Pagamento de Aluguel	1.000.000
Derrame e/ou Vazamento de Tubulação Hidráulica	100.000
Gastos com Salvamento e Desentulho	190.000
Perda de Lucro Bruto	30.000.000

Nota 29 – Renúncia Fiscal

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve suas atividades, sem a finalidade lucrativa, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c”, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão divulga a renúncia fiscal decorrente dos impostos e contribuições usufruídos, como segue:

<i>Descrição</i>	2022 <i>R\$</i>	2021 <i>R\$</i>
Contribuição Previdenciária	39.666.897	35.530.746
Pis s/Folha de Pagamento	1.506.104	1.414.050
Cofins	5.807.330	6.106.347
CSLL	-	-
<i>Cofins S/ Receita Financeira</i>	<i>402.529</i>	<i>534.111</i>
Subtotal - Contribuições	47.382.860	43.585.254
ISS	35.164.449	34.382.549
IRPJ	-	-
IR s/rendimentos financeiros	1.728.733	1.429.742
Subtotal Impostos	36.893.182	35.812.291
Total da Renúncia Fiscal	84.276.042	79.397.545

Nota 30 - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A certificação das entidades beneficentes de assistência social é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e posterior regulamentação.

Com as ações de fortalecimento das políticas do SUS, apoio e ampliação da oferta de serviços aos seus usuários, estruturados nas seguintes áreas: Atenção Básica, Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama, Cirurgia Plástica Reparadora e, Assistência Hospitalar.

Estabelecimento/Vinculação	PACIENTE		
	NÃO SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Estabelecimento Próprio	609.719	12.105	27.246
Total	609.719	12.105	27.246
Total de Atendimento	649.070		
Total de Atendimento SUS e Não SUS	825.406		

	Valor da Gratuidade
Estabelecimento Próprio	18.120.804
Gestão Sus Arsenal	2.079.048
Gestão SUS-Francisco Morato (1)	38.789.829
Prog CA Mama	7.586.608
Gastos Atendimento SUS	66.576.289
Prevenção, Promoção e Educação a Saúde	6.823.295
Total	73.399.584

- (1) Referem-se aos serviços prestados diretamente e do repasse financeiro na ordem de R\$ 24 milhões a título de quotas associativas pela participação direta da Operadora no Lar Assistencial São Benedito - LASB, como Associado Contribuinte e responsável pela Gestão da Santa Casa, permitindo a continuidade do atendimento assistencial a população carente de Francisco Morato.

Nota 31 - Imunidade

a) Cebas

A Associação protocolou junto ao Ministério da Saúde as renovações da sua Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, com base na Lei nº 12.101/2009, mediante aos Processos de nº 250000.111399/2012-26/MS, referente ao ano de 2012 e de nº 25000.001192/2016-78/MS, referente ao ano de 2015.

Em 9 de julho de 2015, através da Portaria de nº 492, a Secretaria da Saúde indeferiu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social referente ao Processo de nº 25000.001192/2016-78/MS. Em 7 de julho de 2015, a Associação protocolou recurso administrativo dessa decisão junto ao Ministério da Saúde, sem obter êxito.

Aludida ação tem por fundamento a mutação jurisprudencial ocorrida no Supremo Tribunal Federal, em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2028-DF, que foi convertida em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O tema nº 32, da Repercussão Geral do STF, reconhece que as contrapartidas para o reconhecimento das entidades de filantropias, para os efeitos da isenção para a seguridade social, devem ser aquelas estabelecidas em Lei Complementar, tornando discutível juridicamente, portanto, as atuais leis e regras infra legais que disciplinam o CEBAS.

Consequentemente, esta situação somente será resolvida através de decisão judicial ou mudança legislativa.

No fim de 2020, a Associação impetrou Mandado de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça de número 26837, em trâmite, na 1ª Sessão, em que se pede a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde, e, da manutenção da classificação na modalidade filantrópica pela ANS. Em fevereiro de 2021 foi deferida a Medida Liminar suspendendo a decisão do Ministério da Saúde, mantendo os efeitos provisórios da concessão do CEBAS.

Considerando a decisão do STF nos embargos de declaração nos autos do RE 566.622/RS, julgado sob o regime da repercussão geral e das ADIs 2.028 e 2.036, ficou evidente que, qualquer contrapartida que fixe a forma de atuação das entidades beneficentes de assistência social, deve ter como norma a Lei Complementar. Nesse mesmo sentido, apesar da Lei nº 12.101/2009 não ter sido formalmente declarada inconstitucional é certo que o STF manterá sua posição que pode ser observada na declaração de inconstitucionalidade arguida nos autos da ADI 4.891, a qual se encontra pendente de julgamento.

O CEBAS é condição necessária ao gozo da imunidade de impostos e contribuição social, bem como exigência da ANS para classificação da operadora como filantrópica e não medicina de grupo.

Houve a concessão da medida liminar tanto para manutenção dos efeitos da imunidade tributária como para a condição de operadora filantrópica junto à ANS.

Com a publicação da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referente à imunidade de contribuições à seguridade social, a Associação, com base no Parecer de seus assessores jurídicos, entende que o direito a gozo da imunidade está garantido, afastando a não exigibilidade das contribuições previdenciárias.

b) ISS

Em 2 de dezembro de 2019 foi encerrada a fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de diversos Autos de Infração que totalizam R\$ 87 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2014 a 2017.

Foi emitido pelo Auditor Fiscal da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional (lançamento SEI nº 6017.2019/0007178-8 (operação fiscal nº 1.930.214-2)).

A Associação goza de imunidade tributária de impostos, na forma do art. 150, VI, “c”, da Constituição, regulamentada pelo art. 14, incisos I, II e III, do Código Tributário Nacional, o qual cumpre em sua totalidade, isto é, não distribui lucro ou parcela de seu patrimônio, aplica os recursos em todo território nacional e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Os fundamentos da autuação não estão baseados no citado artigo 14 e seus três incisos.

A matéria foi judicializada por intermédio do processo nº 1024091-12.2022.826.0053, sendo o referido crédito tributário garantido em sua totalidade ante admissão de garantia/caução real imobiliária em sede recursal (agravo nº 21071738320228260000).

Em 13 de janeiro de 2023 foi encerrada nova fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de 6 Autos de Infração que totalizam aproximadamente R\$ 60 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2018 a 2020.

Da mesma forma, foi emitido pelo Auditor Fiscal da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional. Lançamento SEI n.o 6017.2021/0067539-3 (operação fiscal n.o 1.930.658-0)). Fora apresentada a competente impugnação administrativa demonstrando o cumprimento fiel dos requisitos trazidos no artigo 14 do CTN. O crédito tributário constituído encontra-se com a exigibilidade suspensa nos termos do artigo 151, inciso III do CTN.

A Associação informa a Prefeitura do Município de São Paulo que a Operadora é uma entidade imune, sendo que as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, baseado no Parecer dos assessores jurídicos não contemplam reconhecimento de quaisquer tributos e contribuições decorrentes dos referidos Autos de Infração.

Nota 32 - Superávit do Exercício

O Superávit do Exercício, quando apurado, é aplicado integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Associação.

Nota 33 - Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais

Descrição	2022	2021
Resultado Líquido do Exercício	(50.239.570)	(39.234.207)
Ajuste do Resultado:		
Depreciação e Amortização	1.455.638	1.133.982
Variações Monetárias	4.415.150	(1.969.548)
Prov. Perdas Com Créditos Op. Plano De Saúde	8.718.452	10.677.773
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos não relacionados aos Plano de Saúde	61.469	-
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos Outros Créditos	698.246	3.735.778
Outros Ajustes	-	1.834.045
Variações Patrimoniais:		
Aplicações	5.022.650	79.137.476
Créditos de Operações Com Planos De Assistência À Saúde	(12.093.654)	(15.888.022)
Créditos de Operações De Assistência À Saúde Não Relacionados Com Planos de Saúde	(83.270)	-
Outros Créditos	4.753.780	3.274.658
Despesas Antecipadas	(61.539)	71.351
Depósitos Judiciais E Fiscais	2.766.885	(305.973)
Provisões Técnicas De Operações De Assistência À Saúde	23.554.157	3.815.542
Débitos De Operações De Assistência À Saúde	132.817	(143.151)
Débitos De Operações De Assistência À Saúde Não Relacionados Com Planos	-	6.131
Tributos E Encargos Sociais A Recolher	405.160	81.404
Débitos Diversos	4.893.691	(617.198)
Provisões	3.762.441	2.020.790
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(1.837.497)	47.630.831

Nota 34 - Teste de Adequação do Passivo – TAP

Em atendimento aos requisitos contidos na Resolução Normativa nº 528/2022, da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos de assistência médico-hospitalares vigentes na data-base de avaliação, segregados para as carteiras Individual, Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial.

Este teste é elaborado anualmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de assistência médica à saúde e odontológico (quando aplicável), comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa futuros, que decorram do

cumprimento dos contratos comercializados de planos de saúde e odontológico, com preço preestabelecido.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base.

Nota 35 – Covid-19

A pandemia do novo Coronavírus desde o início de 2020 até os dias atuais resultou no mais complexo e desafiador cenário que as Operadoras de Planos de Saúde tiveram que enfrentar para garantir a sustentabilidade do Setor e preservar a manutenção dos contratos e atendimentos aos beneficiários dos Planos de Saúde.

No primeiro ano da pandemia (2020) a Associação obteve um desempenho muito satisfatório devido ao isolamento da população imposto pelas autoridades locais na região em que atua. Com a flexibilização do isolamento a partir de 2021, retomou-se os atendimentos presenciais e aumento considerável da demanda de assistência médico-hospitalar, principalmente devido pelas sequelas da COVID-19, afetando consideravelmente os custos assistenciais até o final do terceiro trimestre de 2022, fato esse que afetou consideravelmente a estrutura econômico-financeira da Associação.

Com o retorno da normalidade aos atendimentos dos beneficiários e com a queda dos custos assistenciais referentes a COVID-19 e com a expectativa do fim da pandemia, a Associação espera que o ano de 2023 obtenha um resultado superavitário para restabelecimento de uma estrutura econômica saudável.

Nota 36 - Relevância das Informações Contábeis-Financeiras

A Administração da Associação apresenta através deste Relatório, o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.

São Paulo, 24 de março 2023.

Valdir Pereira Ventura
Presidente do Conselho Deliberativo

Elizabeth Popp Leme
Contadora
CRC 1SP14901203

*** **

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO**, em cumprimento das disposições legais e estatutárias (item IV, do artigo 29), examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela empresa Alonso, Barretto & Cia. – Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina de forma favorável que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Assinam o presente Parecer os seguintes Conselheiros Fiscais

Augusto Medeji Sanchez

Flávio Lacerda Amendola

Paulo Nicolino de Freitas

Ao
Presidente Valdir Ventura
Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão

A ASSISTANTS ASSESSORIA, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., devidamente registrada junto ao Instituto Brasileiro de Atuaria (IBA) sob o nº 68, como responsável técnica pelos cálculos atuariais da carteira de produtos de saúde suplementar da ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO, assim como pela estimação de valores das respectivas provisões técnicas exigidas pela legislação vigente e pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, declara:

O valor da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, exigido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, vem sendo registrado mensalmente pela Operadora, de acordo com as Notas Técnicas Atuariais emitidas pela ASSISTANTS, conforme demonstrativo abaixo:

Mês Referência	Eventos Avisados (incluindo SUS) R\$	NT – PEONA R\$
Jan/22	43.007.650,73	11.317.350,28
Fev/22	47.527.327,12	11.900.761,91
Mar/22	50.574.153,19	12.261.629,85
Abr/22	48.114.292,39	11.843.139,46
Mai/22	50.568.185,62	12.097.474,98
Jun/22	52.825.089,00	10.042.090,16
Jul/22	50.250.050,77	9.651.089,45
Ago/22	54.072.089,51	10.297.594,65
Set/22	49.305.720,55	9.591.300,55
Out/22	49.852.734,09	9.677.839,48
Nov/22	51.059.528,26	9.778.418,33
Dez/22	47.399.426,33	11.148.638,35

Os valores dessas provisões constantes das peças contábeis da Operadora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletem, com razoabilidade, as estimações técnicas atuariais realizadas ASSISTANTS e refletidas nas respectivas Notas Técnicas emitidas.

ASSISTANTS

Assessoria, Consultoria e Participações Ltda.

Andrea Mente

Actuarial Partner - MIBA 1088

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores da
Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão (“Associação”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Imunidade Tributária - ISS

Conforme descrito na **Nota Explicativa nº 31**, a Associação foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a suspensão do reconhecimento da sua imunidade tributária baseado no não cumprimento do inciso I do artigo 14, do Código Tributário Nacional, para os exercícios de 2014 a 2017, tendo sido aplicados autos de infração no montante de aproximadamente R\$ 42 milhões, referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (lançamento SEI nº 6017.2019/0007178-8 (operação fiscal nº 1.930.214-2)). Os autos foram lavrados ao final do exercício de 2019, a Associação apresentou impugnações na esfera administrativa mas não obteve êxito e a matéria foi judicializada por intermédio do processo nº 1024091-12.2022.826.0053, sendo o referido crédito tributário garantido em sua totalidade ante admissão de garantia/caução real imobiliária em sede recursal (agravo nº 21071738320228260000).

Em janeiro de 2023 foi encerrada uma nova fiscalização da imunidade tributária da Associação pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) com a emissão de Autos de Infração que totalizam aproximadamente R\$ 60 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2018 a 2020 (lançamento SEI nº 6017.2021/0067539-3 (operação fiscal nº 1.930.658-0)).

A Administração da Associação aguarda a evolução dos processos, porém os resultados finais ainda não podem ser determinados e, portanto, nenhum passivo pela eventual perda dos processos foi reconhecido pela Associação nas Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Imunidade Tributária - Cebas

Conforme descrito na **Nota Explicativa nº 31**, a Associação protocolou junto ao Ministério da Saúde as renovações da sua Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social – CEBAS, referente ao ano de 2015, o qual foi indeferido pela Secretaria da Saúde.

Ao final de 2020, a Associação impetrou Mandado de Segurança perante o Superior Tribunal de Justiça requerendo a anulação da decisão indeferitória, no Processo Administrativo de renovação do CEBAS, pelo Ministério da Saúde, e, da manutenção da classificação na modalidade filantrópica pela ANS. Houve a concessão da medida liminar tanto para manutenção dos efeitos da imunidade tributária como para a condição de operadora filantrópica junto à ANS.

A Administração da Associação aguarda a evolução do processo, porém o resultado final ainda não pode ser determinado e, portanto, nenhum passivo pela eventual perda do processo foi reconhecido pela Associação nas Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ativos Garantidores

Conforme descrito na **Nota Explicativa nº 7** às Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2022, os ativos garantidores vinculados às provisões técnicas encontram-se insuficientes. A operadora efetuou, em março de 2023, o complemento das aplicações financeiras vinculadas. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Margem de Solvência

Conforme descrito na **Nota Explicativa nº 27** às Demonstrações Contábeis, a Operadora vem constituindo seus recursos próprios mínimos de acordo com as Normas da ANS. Conforme facultava a RN nº 526/2022, a Operadora optou por não adotar antecipadamente o Capital Baseado em Riscos na apuração de seu Capital Regulatório. Ao final do exercício de 2022, a Operadora apresentou insuficiência da margem de solvência. Em 1º de janeiro de 2023, considerando os dados do período findo em 31 de dezembro de 2022, o Capital Baseado em Riscos (CBR) gera suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado. Nossa opinião não contém ressalva quanto a esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Paulino Francisco M. Araujo
Contador CRC 1SP 3270070/O-6
CNAI nº 5848

 **Alonso, Barretto & Cia.**
Auditores Independentes

Alonso, Barretto & Cia. - Auditores Independentes
CRC 2SP 013232/O-3